

**A DENDEICULTURA NO MUNICÍPIO DE MOJU:
TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS E DINÂMICA MIGRATÓRIA**

**THE PALM OIL CULTIVATION IN THE MUNICIPALITY OF MOJU:
SOCIO-SPATIAL TRANSFORMATIONS AND MIGRATORY
DYNAMIC**

Elienai de Vasconcelos dos Santos

Universidade Federal do Pará.
elienaisantos10@yahoo.com.br

Gabriel Carvalho da Silva Leite

Universidade Federal do Pará.
Gabrielcarvalholeite16@gmail.com

Denise Carla de Melo Vieira

Universidade Federal do Pará.
vieiracarlageo@gmail.com

João Cruz Filho

Universidade Federal do Pará
joaocruzfilho@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo pretende abordar as ressignificações e atualizações socioespaciais no município de Moju a partir da implantação, expansão e legitimação da dendeicultura. Partindo do pressuposto de que um novo evento nunca se instala em um espaço vazio, mas sempre em uma formação socioespacial preexistente, o artigo desenvolve uma discussão das transformações socioespaciais ocasionadas na condição camponesa tradicional e historicamente estabelecida a partir do advento da atividade dendeicultora. A partir de levantamento bibliográfico sobre o tema e de pesquisa de campo no município de Moju, o artigo trata do papel indutor do Estado na implantação, expansão e legitimação da dendeicultura, das transformações na condição camponesa a partir de novas relações de trabalho, das modificações na tradicional figura do atravessador na produção camponesa e das desigualdades socioespaciais existentes no espaço agrário mojuense em função da maior ou menor distância em relação às empresas do agronegócio do dendê. Por fim, o artigo aborda as dinâmicas demográficas migratórias municipais, considerando as migrações como processos de deslocamento com fortes determinantes socioeconômicos e espaciais.

Palavras-chave: Dendeicultura – Moju – Transformações socioespaciais – Dinâmica migratória.

Abstract

This article aims to approach the socio-spatial resignifications and actualizations in the municipality of Moju regarding the implantation, expansion and legitimation of palm oil plantations. Assuming that a new event never installs itself in an empty space, but always in a preexisting socio-spatial formation, the article develops a discussion about the socio-spatial

transformations caused in the traditional and historically established peasant condition by the advent of the palm cultivation activity. Based on the execution of a bibliographic review about the theme and on a field work in Moju, the article approaches the following themes: the inductive role of the State in the implantation, expansion and legitimation of palm oil cultivation; the transformations in the peasant condition by the emergence of new work relationships; the modifications in the traditional figure of the middleman in the peasant production; and the socio-spatial inequalities existent in Moju's agrarian space on account of the bigger or smaller distance regarding the palm oil agribusiness' companies. At last, the article approaches the municipal migratory demographic dynamics, considering the migrations as processes of displacement with strong socioeconomic and spatial determinations.

Keywords: Palm oil cultivation – Moju – Socio-spatial transformations – Migratory dynamic.

Introdução

A formação socioespacial (SANTOS, 1977) amazônica é simultaneamente una e múltipla. Múltipla, pois é possível diferenciar, no interior da totalidade regional, diferentes *trajetórias* histórico-geográficas, formações particulares (formação agroextrativista, agropecuária, urbana). Una, pois todas estas diferentes formações se subordinam ao movimento da totalidade da qual fazem parte e só podem ser apreendidas por recurso a contextos mais amplos. A dendeicultura no estado do Pará pode ser vista como mais um momento na longa formação agroextrativista regional, sem que isso signifique uma continuidade ou imutabilidade em relação ao passado. Pelo contrário, o advento da dendeicultura neste estado constitui um evento (NAHUM; MALCHER, 2013) que, aportando nos lugares, ressignifica e atualiza as realidades e possibilidades neles presentes.

Este artigo pretende abordar a dendeicultura no município de Moju, localizado na mesorregião do Nordeste paraense, a partir do aspecto das atualizações e ressignificações que impõe aos lugares em que aporta. Para tanto, o artigo pretende: a) compreender como as alterações paisagísticas no município de Moju evidenciam transformações nos conteúdos do território; b) investigar o papel do Estado como agente indutor na implantação, expansão e legitimação da dendeicultura em Moju; c) investigar alguns aspectos das transformações na condição espacial camponesa no município supracitado a partir do advento do cultivo da palma de óleo; e d) abordar as mudanças na dinâmica demográfica migratória do município como processos de deslocamento com fortes determinantes socioeconômicos e espaciais.

Para atingir os objetivos supracitados, os seguintes procedimentos metodológicos foram adotados: a) realização de levantamento bibliográfico a respeito da dendeicultura no estado do Pará e em especial no Nordeste paraense; e b) trabalho de campo no município de

Moju, realizado por um dos autores (Elienai Santos) em julho de 2016, compreendendo entrevistas com representantes do poder público municipal, da sociedade civil organizada, das empresas estabelecidas no município, bem como com moradores no sentido de caracterizar a percepção dos mesmos acerca dos impactos da dendeicultura no desenvolvimento regional.

Para efeito de exposição, este artigo encontra-se dividido nas seções: a) Uma caracterização inicial sobre Moju; b) O papel do Estado na implantação, expansão e legitimação da dendeicultura no município de Moju; c) A dendeicultura e as transformações socioespaciais na condição camponesa no município de Moju; e d) A migração para o município de Moju.

Uma caracterização inicial sobre Moju

As comunidades tradicionais rurais da Amazônia desenvolvem atividades caracterizadas pela sua diversidade, tais como: cultivo, criações, extração e produção de alimentos, cujos produtos são vendidos em um lugar regionalmente denominado de beira. As unidades familiares camponesas tradicionais exercem uma fundamental importância nesta produção.

O município de Moju, localizado na microrregião de Tomé-Açu e na macrorregião do Nordeste paraense, conheceu um processo de queda relativa e absoluta na predominância da produção de determinados produtos em comparação à ascensão de outros, como ocorreu com a produção de farinha e do dendê, respectivamente. Tal fenômeno é típico de algumas cidades do interior paraense, onde em função, por exemplo, da abertura de uma estrada, o fluxo financeiro passa a orbitar sobre certos produtos até então desconhecidos da localidade.

Alves e Cardoso (2008) registram que o município de Moju está localizado na maior microrregião produtora de mandioca, cultivada por pequenas unidades familiares camponesas, com áreas médias de 25 hectares. Além da mandioca, há também o cultivo de outros produtos: milho, arroz, feijão, açaí, coco, dendê, cupuaçu, pimenta-do-reino, maracujá e abacaxi. Dessa produção, 85% são direcionados para a comercialização e 15% são canalizados para o consumo dos camponeses locais.

Segundo Santos (2016), o município de Moju tem a maior extensão territorial dentre os municípios da microrregião de Tomé-Açu, com cerca de 9.094 km², por onde se distribuem mais de 150 comunidades que situam-se às margens do rio Moju, sendo estas: Cairari, Jambuaçu, Arauaí, Ubá, dentre outras. Em todas as direções encontramos os *sitiantes*, isto é,

pequenos produtores rurais que habitam os sítios. A nordeste do município habitam os *quilombolas*, representando as comunidades negras, que em sua maioria se aglutinam no território quilombola do Jambuaçu. Ao sul, a Reserva Indígena dos Anambés.

Dentre as atividades econômicas produtivas desenvolvidas no município de Moju, por empresas ou empresários individuais, estão: a) atividades madeireiras (extração e beneficiamento); b) extração de seixo; c) extrativismo de seringa, no Projeto Seringa no Alto rio Moju; d) monocultura de coco, localizado na SOCOCO; e e) a monocultura de dendê, do Grupo Agropalma, Marborges, Belém Bioenergia e Biopalma na PA-150 e PA-252; e pecuária bovina e bubalina, às margens das rodovias PA-150 e PA-252.

Aferimos que, nas comunidades, o cultivo de mandioca vem cedendo, paulatinamente, nos últimos anos, espaço assim como mão de obra para a monocultura do dendê. As transformações que se processam no espaço agrário mojuense refletem as políticas empreendidas pelos militares para a região amazônica, sobretudo, a partir da década de 1980, com o II PND - Plano de Desenvolvimento Nacional e sua leitura regional, e o II PDA - Plano de Desenvolvimento da Amazônia. A partir desses planos, os grandes empreendimentos econômicos se projetam no espaço amazônico. É nesse contexto que temos a chegada de empresas de grande porte para o município de Moju e adjacências. Dentre as que se instalaram na década de 1980 podemos destacar a Agropecuária Olho D'água; a REASA – Reflorestadora da Amazônia S/A, atualmente (Marborges); a SOCOCO Agroindústria da Amazônia S/A; e o Grupo Agropalma. Destacamos que com a chegada de tais empreendimentos temos um novo evento, pois os plantios de coco e de dendê desenharam novas paisagens no campo mojuense, já que sua tradição era com o roçado e a agricultura temporária. Desde então, o município se destaca nacional e internacionalmente na produção e no cultivo do dendê.

O papel do Estado na implantação, expansão e legitimação da dendeicultura no município de Moju

Poucos são os agentes sociais capazes de se equiparar ao Estado em sua capacidade de reordenamento do território. Como afirma Santos:

Que forças são capazes de produzir eventos que incidam, num mesmo momento, sobre áreas extensas? A primeira delas é o Estado, pelo seu “uso legítimo da força”, encarnado ou não no direito. A lei, ou o que toma seu nome, é, por natureza, geral. Assim, uma norma pública age sobre a totalidade das pessoas, das empresas, das instituições e do território. Essa é a superioridade da ação do Estado sobre outras macroorganizações. Nem as instituições supranacionais, nem as empresas

multinacionais têm esse poder. Se estas podem colher indiretamente resultados globais, seus efeitos diretos são sobretudo pontuais ou lineares. (SANTOS, 2014 [1996], pp. 151-152).

A atuação do Estado, fundamentada no direito nacional, é regulada pelas normas específicas que regem a Administração Pública. Isso faz do Estado o único agente capaz de instituir leis e normas que atuem, direta ou indiretamente, sobre toda a extensão do território que sua soberania abrange.

Os desdobramentos das ações estatais são particularmente visíveis na história da região amazônica. Grande parte dos principais eventos que se instalaram na região, exógena ou endogenamente produzidos, foram induzidos por mecanismos diversos de planejamento estatal. A fundação de fortes militares, a extração das drogas do sertão por indígenas em aldeamentos religiosos, a fundação dos Diretórios e da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, a elevação dos indígenas à condição de cidadãos e súditos da Coroa, o incentivo à formação de uma economia regional de extrativismo do látex e, por fim, os projetos minerais, metalúrgicos, industriais, energéticos, rodoviários, etc.: todos estes eventos, usualmente considerados como centrais na história amazônica, só podem ser entendidos em função do decisivo papel do Estado em sua indução ou mesmo coordenação.

A instalação e expansão da dendeicultura no espaço agrário do estado do Pará constituem mais um destes eventos (NAHUM; MALCHER, 2013) em que o Estado – em seus diversos níveis federativos – teve papel decisivo. Embora o Grupo AGROPALMA tenha sido precursor do agronegócio do dendê na microrregião de Tomé-Açu, foi por meio de planos, programas e políticas estatais que a dendeicultura em larga escala foi viabilizada e diversificada. Para Nahum e Malcher (2013), o apoio conferido à dendeicultura pelo BASA, pela SUDAM e pelo Governo do estado do Pará foram imprescindíveis para a amplitude atual do empreendimento dendeicultor do Grupo AGROPALMA na microrregião de Tomé-Açu.

A amplitude do empreendimento da AGROPALMA na microrregião de Tomé-Açu abrange não apenas os hectares de terra utilizados para cultivo do dendê, mas também estradas próprias, estações de tratamento de água, geração própria de energia elétrica, indústrias de refinamento e beneficiamento do óleo de palma e do óleo de palmiste, laboratórios de controle de qualidade, etc. Realça-se aqui o *uso do território* (SANTOS; SILVEIRA, 2012 [2001]) levado a cabo pelo Grupo AGROPALMA e a sua capacidade de remodelar profundamente a configuração territorial preexistente, produzindo novas condições materiais mais funcionais à atividade pretendida. De uma multiplicidade de usos que faziam do território um verdadeiro caleidoscópio de possibilidades e intencionalidades passa-se, ao

menos como tendência, para um território mais enrijecido quanto aos usos possíveis, mais monofuncional, pois que remodelado em função de uma única atividade: a dendeicultura.

A configuração territorial do Grupo AGROPALMA na microrregião expressa um conteúdo técnico imbuído de extrema intencionalidade (SANTOS, 2014 [1996]). Os objetos técnicos atuais são criados para obedecer a ações específicas, com objetivos igualmente específicos em função dos quais foram criados. Para todas as outras ações, estes objetos são “cegos” e indiferentes, ou seja, não respondem a ações diferentes daquelas que presidiram sua fabricação. Mais do que nunca, os objetos técnicos atuais são imbuídos de extrema intencionalidade, manifestada em seu conteúdo técnico e em sua localização. Para todas as outras ações, tais objetos são estranhos, não respondem às suas ações, não foram feitos *por* elas ou *para* elas:

Outro lado importante deste período é que os objetos são criados com intencionalidades precisas, com um objetivo claramente estabelecido de antemão. Da mesma forma, cada objeto é também localizado de forma adequada a que produza os resultados que dele se esperam. No passado, os objetos nos obedeciam no lugar onde estávamos, e onde os criávamos. Hoje, no lugar onde estamos, os objetos não mais nos obedecem, porque são instalados obedecendo a uma lógica que nos é estranha, uma nova fonte de alienação. Sua funcionalidade é extrema, mas seus fins últimos nos escapam. (SANTOS, 1995, p. 14).

As ações não hegemônicas ocorrem no entorno do objetos, mas não interagem com eles, pois que estes atendem a ações seletivas, específicas. A súbita instalação de tais objetos na região expõe a técnica naquilo que ela possui de mais enigmático, misterioso e intimidador. Os grandes objetos técnicos se impõem – sua grandeza é intimidadora e amedrontadora – como uma realidade indecifrável e não interativa aos atores não hegemônicos, para quem a técnica aparece mais como elemento de confusão e desarticulação do que como uma esperança de progresso.

A primeira grande ação do Estado no sentido de viabilizar a atividade dendeicultora foi o lançamento do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), em 2004, quando vários outros grupos, além da AGROPALMA, passaram a investir no cultivo do dendê. Verificou-se aí uma mudança na finalidade para a qual o dendê era destinado: de um ingrediente da indústria alimentícia, o PNPB induziu a sua utilização como agrocombustível. Dentre as empresas que atualmente participam na atividade dendeicultora na microrregião de Tomé-Açu, Nahum e Malcher (2013) elencam: a BIOVALE, a Petrobrás Biocombustível, a GALP Energia, a ADM, etc.

Já em 2010 os estudos de Zoneamento Agroecológico do Dendezeiro realizado pela EMBRAPA subsidiaram o Programa Nacional de Produção Sustentável de Óleo de Palma. Este foi um momento muito importante na expansão da dendeicultura no espaço agrário

paraense, não apenas pelo incentivo dado à atividade como pela associação crescente entre o agronegócio do dendê e o ideário contemporâneo de sustentabilidade, responsabilidade ambiental, justiça social e desenvolvimento territorial rural.

Conforme ressalta Becker (2001), o fim do século XX e início do século XXI marcaram a emergência de um vetor tecno-ecológico (VTE) na Amazônia, paralelamente ao tradicional vetor tecno-industrial (VTI). As preocupações com o desmatamento na Amazônia, a recuperação de áreas degradadas e a sustentabilidade mundial levam a um redirecionamento do comportamento do mercado mundial e nacional frente aos produtos advindos da região amazônica. As certificações – tanto ambientais quanto sociais – passam a ser exigidas para que a mercadoria ganhe um mínimo de aceitação no mercado.

O Programa Nacional de Produção Sustentável de Óleo de Palma, subsidiado por estudos da EMBRAPA, teve importante papel na *legitimação* da dendeicultura frente às circunstâncias conjunturais do mercado mundial contemporâneo. As dimensões da sustentabilidade e da responsabilidade social aglutinam-se no que vem sendo chamado de desenvolvimento territorial rural, concebido como processo e resultado de parcerias estabelecidas entre empresários do agronegócio e agricultores familiares. Aliam-se em uma só expressão as dimensões da sustentabilidade, geração de emprego e renda, inclusão social, competitividade e empreendedorismo.

Orientado pelo zoneamento da EMBRAPA, o Programa Nacional de Produção Sustentável de Óleo de Palma priorizou regiões com forte presença de agricultores familiares, de baixo IDH, elevada população rural e presença de áreas degradadas por outros cultivos. Assim, dentre outros pólos selecionados para implantação da dendeicultura no Pará, o município de Moju, juntamente com Tailândia e Acará, foram selecionados como áreas prioritárias para investidores do agronegócio do dendê incorporarem os agricultores familiares como parceiros, no contexto de uma relação proclamada como consensual e benéfica a ambos (o incremento na renda mensal dos agricultores é considerado um dos principais benefícios). Na perspectiva do Programa e do desenvolvimento territorial rural do qual é tributário, não há antagonismo ou tensão alguma entre os parceiros do negócio, mas antes complementaridade.

Percebe-se, portanto, o imprescindível papel do Estado tanto no que tange à implementação e expansão da dendeicultura no espaço agrário paraense e na microrregião de Tomé-Açu, como no que tange aos mecanismos discursivos e simbólicos através dos quais uma legitimação do agronegócio do dendê é produzida a nível nacional e mundial.

A dendeicultura e as transformações socioespaciais na condição camponesa no município de Moju

Discorrendo sobre o que denominou de *evento*, Santos ressalta que sua presença absoluta funda sua eficácia:

Os eventos são, pois, todos novos. Quando eles emergem, também estão propondo uma nova história. [...] Daí a sua eficácia e a sua irreversibilidade. [...] Onde ele se instala, há mudança, pois o evento é uma *brutalidade eficaz*... (SANTOS, 2014 [1996], pp. 145-146).

Se considerarmos a dendeicultura no município de Moju como um evento, tal como proposto por Nahum e Malcher (2013), há que se perguntar: qual a situação preexistente em relação a qual a dendeicultura constitui um evento? Qual a situação geográfica preexistente em relação a qual o evento proporciona uma *atualização*, como proposto por Whitehead (*events are essentially elements of actuality*) (WHITEHEAD, 1919 *apud* SANTOS, 2014 [1996])?

Tal situação geográfica preexistente pode ser analisada sob muitos ângulos diferentes, assim como pode ser feito quanto às transformações sócio-espaciais ocasionadas pela instalação do evento. Busca-se nesse tópico compreender parcialmente algumas das transformações sobre o campesinato preexistente e a configuração territorial local.

As conceituações e debates a respeito do conteúdo e/ou importância do termo campesinato são múltiplos. Para efeitos deste artigo, consideraremos como camponesas:

Aquelas famílias que tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta, resolvem seus problemas reprodutivos – suas necessidades imediatas de consumo e o encaminhamento de projetos que permitam cumprir adequadamente um ciclo de vida da família – a partir da produção rural desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado dessa alocação (COSTA, 2012, p.28).

Como uma categoria analítica genérica, o termo campesinato abarca uma ampla variedade de sujeitos sociais, desde ribeirinhos e quilombolas a agricultores familiares e trabalhadores rurais. Para além desta multiforme variedade, ressalta-se uma característica comum a todas as formações sociais agrupadas sob o termo campesinato: a relação profunda, quase orgânica, com um espaço por ele qualificado e significado. Como ressalta Costa (2012, p. 28), as famílias camponesas “existem em territórios, isto é, no contexto de relações sociais que se expressam nas regras de uso (instituições) das disponibilidades naturais (biomas e ecossistemas) e culturais – capacidades difusas internalizadas nas pessoas e aparatos infraestruturais tangíveis e intangíveis – de um dado espaço geográfico delimitado”.

Se considerarmos o ser humano como ser condicionado - conforme Arendt (2007 [1958]), “os homens são seres condicionados: tudo aquilo com o qual eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência” -, podemos dizer mais

especificamente que a condição humana camponesa é intrinsecamente espacial, pois que a espacialidade é dimensão fundamental da condição camponesa.

É com base nessa concepção de natureza geográfica a respeito do campesinato que se compreende aqui o evento da dendeicultura como força motriz de profundas transformações na condição camponesa no município de Moju.

Não cabe aqui argumentar que a dendeicultura apresentou o campesinato ao mercado, como se o campesinato *per se* não conhecesse o valor de troca. Pelo contrário, a formação de um campesinato na região amazônica está ligada intimamente ao mercado, instância para a qual frequentemente se dirigia parte de sua produção. Como demonstra Costa (2012), o campesinato caboclo amazônico em formação durante o período pombalino se caracterizava por um hibridismo: de um lado, eram conhecedores dos saberes-fazeres indígenas no trato com o ecossistema amazônico; de outro, só muito dificilmente poderiam viver sem os produtos industrializados europeus. Longe de terem sua gênese associada exclusivamente ao valor de uso, o campesinato amazônico sempre teve no valor de troca uma das mediações sociais através das quais sua reprodução social era assegurada. No entanto, apesar desta importância do valor de troca, é o valor de uso que pauta a condição camponesa, pois “visa atender as necessidades familiares” (ABRAMOVAY, 1990).

O balanço entre trabalho e consumo característico do comportamento econômico do camponês, de que fala A. Chayanov, aplica-se ao campesinato histórico amazônico, como pode ser demonstrado nas análises de Costa (2012) a respeito da redução da intensidade do trabalho do camponês-seringueiro uma vez que as necessidades familiares tivessem sido atingidas, mesmo que a demanda no mercado internacional pelo látex amazônico continuasse em movimento crescente durante o século XIX.

Como tudo aquilo que adentra o mundo humano torna-se parte da condição humana (ARENDRT, 2007 [1958]) e muito daquilo que entra em contato com o mercado passa a ter nele uma forma de mediação social, pode-se dizer que campesinato e mercado ou campesinato e valor de troca não são elementos *estranhos* e *alheios* um ao outro, ao menos nas condições espaço-temporais concretas da região amazônica. Se o mercado e o valor de troca que lhe é característico não são elementos *estranhos* à condição camponesa amazônica, que transformações a dendeicultura impôs a esta condição?

Várias são as nuances possíveis para aproximação desta problemática, muitas das quais ainda estão em via de ser estudadas. No entanto, alguns estudos já demonstram significativas transformações (NAHUM; MALCHER, 2013; IGAWA; DIAS; SOUSA, 2015; SOUSA; PEIXOTO, 2015). Para além dos camponeses transformados em assalariados rurais,

em mão-de-obra individual assalariada, predominante no momento inicial de territorialização do capital (OLIVEIRA, 2004), acrescentam-se, no momento da monopolização do território (OLIVEIRA, 2004), as unidades familiares que não perdem a propriedade jurídica da terra e nem se tornam empregados das empresas, mas com elas colaboram em forma de parceria. A associação de pequenas unidades familiares à cadeia produtiva do dendê na forma de parcerias, a qual permite aos empreendedores do dendê “usar a terra, sem comprá-la ou arrendá-la, utilizar a força de trabalho e as diversas relações sociais de produção sem se comprometer juridicamente com nenhuma delas” (NAHUM; MALCHER, 2013), já indica uma transformação significativa.

Outra importante transformação está na substituição da figura do atravessador pela própria empresa. Como argumenta Costa (2012), a formação do campesinato amazônico durante o período pombalino só pode ser compreendida em conjunto com seu par estrutural: o capital mercantil endógeno à região, personificado nas figuras dos regatões, dos marreteiros e dos aviadores. Estes sujeitos sociais diferenciados quanto ao volume de capital que possuem e pela sua localização relativa na rede mercantil regional, compartilham a característica de serem personificações de um capital comercial endógeno à região produzido *pari passu* à formação do campesinato amazônico. Estes sujeitos sociais representam – em níveis hierárquicos diferentes – as vias de acesso através das quais os produtos produzidos pelo campesinato regional adentravam o mercado regional, nacional e mundial. Estes atravessadores historicamente estabelecidos representavam a “porta de entrada” do campesinato para o mercado no contexto de uma região marcada pela precariedade dos transportes e das redes logísticas. Este cenário é, no entanto, modificado nas localidades onde a dendeicultura aporta, uma vez que “a empresa torna-se o atravessador, mediador entre o produtor e o mercado” (NAHUM; BASTOS, 2014).

É precisamente na parceria entre as unidades produtivas familiares e os empreendedores do dendê que reside a dimensão tão amplamente difundida da justiça social e da inclusão social, embora o verificado no município de Moju esteja bem longe de uma difusão homogênea do “desenvolvimento territorial rural”. Esse desenvolvimento heterogêneo se confirma quando comparadas as comunidades que estão mais próximas da empresa Marborges S.A, pois estas possuem uma maior e melhor infraestrutura, em detrimento de comunidades mais afastadas, cujos serviços são de péssimas condições. Esta condição confirma que as finalidades políticas para o rural dentro do município de Moju têm como principal objetivo priorizar a monocultura de dendê, desarticulando a policultura. Estas derivam da própria natureza desigual e combinada do desenvolvimento capitalista. O

capitalismo continuamente desenha e redesenha “novas geografias”, produzindo heterogeneidades e novos arranjos de sua reprodução.

Tomando por base essas modificações apresentadas anteriormente, podemos entender que há um rompimento tanto na forma da produção quanto na forma de vivência destes indivíduos. Inicia-se um ferrenho processo de modificação de mentalidades, pois as condições que agora são expostas em relação às que organizavam estas comunidades são completamente diferentes, imprimindo um ritmo muito mais acelerado, pois são reflexo de um conjunto de técnicas novas.

No que diz respeito à forma de produzir, entende-se que uma parte da população mojuense passa a se inserir em novas formas de trabalho, diferentes das praticadas anteriormente, pois muitos passam a trabalhar como mão de obra assalariada e outros em pequenos comércios. Constata-se que com a chegada desses novos empreendimentos no município as comunidades próximas ao plantio da empresa Marborges S.A, dentre as quais estão Castanhandeua, Bacuriteua e Sapucáia, Nossa Senhora do Bom Remédio, que apresentam um número considerável de trabalhadores vinculados à empresa, estes deixam de produzir de forma parcial ou integral a prática da policultura, passando a trabalhar diretamente para a empresa na monocultura do Dendê (Figura 01).



Figura 01: Trabalhadores da Marborges nas dependências da empresa, plantio de dendê, oriundos das comunidades do entorno. Fonte: (GDEA, 2013).

A Figura 01 mostra alguns trabalhadores que já estão vinculados à empresa Marborges, e que conseqüentemente deixaram de plantar a mandioca, o arroz, o milho e o feijão, para dedicarem-se de forma exclusiva à monocultura do dendê. O impacto nas comunidades mais próximas e seu posterior enfraquecimento no que diz respeito ao seu modo de vida estão relacionados com o raio de ação da empresa e o número de comunidades que são incorporadas nesta atividade, pois quanto mais perto das dependências da empresa as

comunidades estão, mais impactadas são e maior é o número de trabalhadores contratados. Em contrapartida, quanto maior for à distância, menos impactada e menor é o número de trabalhadores incorporados (VIEIRA 2013).

Em Moju, a mudança sócio-espacial é bem nítida, pois no bojo dessas empresas também vieram bancos, comércios, e indústrias. Essa fissão na forma de produção dos agricultores coloca-os em outra categoria ou no que Santos chamou de circuito superior da economia. Para o autor, “pode-se apresentar o circuito superior como constituído pelos bancos, comércios e indústrias de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores” (SANTOS, 2004, p.40).

Nos trabalhos de campos realizados pelo GDEA (Figura 02), foi possível identificar que uma fonte de renda extra tem substituído a agricultura: a atividade comercial, ou seja, os mercadinhos de produtos industrializados alimentícios, que abastecem os moradores destas comunidades no que necessitam para a sua alimentação, tornando-se assim uma fonte recurso que supre a falta da produção independente.



Figura 02: Comércio e lanchonete na Comunidade Castanhadeua. Geralmente quem possui comércio também trabalha na Marborges. Fonte: (GDEA 2013 a 2015)

Destacamos também como relevante, dentro da perspectiva de rupturas, os ganhos reais, em função do pagamento de salário mensal aos trabalhadores, e de atividades paralelas desempenhadas pelos seus familiares. Anteriormente à dendeicultura, as comunidades camponesas não possuíam poder aquisitivo suficiente para adquirir determinados bens, como motos, carros, eletrodomésticos e comércio. Com isso, o salário pago pela atividade desempenhada dentro das empresas os ajuda a conquistar determinados bens. Além disso, a própria rotatividade de demissão e admissão os ajuda, com a indenização, a construir e conquistar determinados bens.

Sendo assim, podemos afirmar que na maioria das vezes os trabalhadores têm uma melhora em seu padrão de vida em relação ao período anterior, rompendo com os padrões tradicionais. As figuras 03, 04 e 05 revelam que o padrão de infraestrutura é diferenciado entre as comunidades.



Figura03: Comunidade Santa Maria do Traquateua. Casas simples, dispersas com poucos recursos e infraestrutura. Fonte: (GDEA 2013 a 2015).

A figura 03 é da comunidade Santa Maria do Traquateua, bem afastada da empresa. Através da imagem percebemos de forma nítida um padrão de menor densidade infraestrutural, ou seja, tal padrão é menor em contraste com as comunidades mais próximas à empresa, como mostrado nas figuras 04 e 05.



Figura 04: Comunidade Castanhandeua. Casas mais bem estruturadas, com caixa d'água pessoal, TV a cabo e pouco dispersas, recursos de infraestrutura articulados. Fonte: (GDEA 2013 a 2015).



Figura 05: Comércio e lanchonete na Comunidade Castanhandeua. Geralmente quem possui comércio também trabalha na Marborges. Fonte: (GDEA 2013) Trabalho de Campo 2013 a 2015.

Nas figuras 04 e 05, percebe-se uma melhora considerável das residências e dos serviços que são prestados à comunidade como: segurança, iluminação pública, educação etc. As continuidades, ou seja, o que permanece até os dias atuais, como herança do passado, é de difícil percepção. Segundo Vieira (2014, p. 92), o nível de intervenção é tão grande que as comunidades mais se assemelham com populações urbanas periféricas do que, propriamente, com comunidades camponesas. Em outra esfera temos as comunidades que podemos enquadrar no circuito inferior da economia, pois estando localizadas mais distantes / afastadas das empresas, como já foi mostrada anteriormente, poucas alterações sofrem:

O circuito inferior é constituído essencialmente por formas de fabricação não-“capital intensivo”, pelos serviços não- modernos fornecidos “a varejo” e pelo comércio não- moderno e de pequena dimensão [...] utilizam capital reduzido e podem dispensar uma organização burocrática (SANTOS, 2004 [1979], p.40-3).

Como observado na figura seguinte (Figura 06), ainda há em comunidades mais distantes da Marborges S.A como Santa Maria, Santa Luzia, Santana do Baixo e Nossa Senhora da Graça, padrões socioculturais manifestos por trabalho ou atividades polivalentes, sobretudo as ligadas à agricultura de subsistência, de onde tiram a maior parte de seus recursos financeiros.



Figura 06: Seu Manoel (idade não definida), camponês da comunidade Santa Luzia, em casa de farinha onde produzia, todavia está doente e aposentado. Fonte: (GDEA 2013 a 2015).

A migração para o município de Moju

O município de Moju ainda passa por intenso fluxo migratório intra-regional e inter-regional, de cunho urbano-urbano, rural-urbano, urbano-rural e rural-rural. Aferimos que a vinda da maioria dos imigrantes para o município de Moju teve como atração a chegada do dendê, que teve seu início no ano de 1967, quando a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) firmou um convênio com o *Institut de Recherches pour les Huiles et Oleagineux* (IRHO) com o intuito de desenvolver um bloco-piloto de 1500 *ha* do projeto do dendê, o qual posteriormente seria repassado à iniciativa privada por meio da licitação pública; daí então estaria sobre a administração da empresa Dendê do Pará S.A (DENPASA).

Ocorre a partir desse momento a intensificação da migração para essa região, haja vista que com a chegada de grandes empresas, a exemplo da Marborges S.A, BioPalma, Amapalma, Guapene Group, estas assumem o papel pólo de atração de indivíduos de diversas

localidades. Ressaltamos que este não é o único fator decisivo para a vinda desses imigrantes para o Nordeste Paraense, pois muitos desses indivíduos são expropriados de suas terras, expressando-se as contradições de desenvolvimento do capital em seus Estados/ Municípios, o que explica a saída desses milhares de indivíduos. Nesse sentido, Damiani (2004) argumenta que tanto as migrações internacionais como as migrações internas – rural-urbana e rural-rural – comprovam o processo de expropriação e de exploração que marcam o desenvolvimento do capitalismo em países como o Brasil.

Após a chegada das empresas supracitadas houve uma alteração da demografia do município de Moju, alteração essa não exclusivamente decorrente da fecundidade e nem da natalidade local, e sim de forças exógenas que alteraram profundamente a dinâmica populacional municipal.

Ao analisarmos a composição da mão-de-obra da Marborges S.A (Gráfico 01), percebe-se que há trabalhadores do próprio município (sendo a maior demanda), assim como outra parte dessa mão de obra é oriunda de outras localidades como: Acará, Santa Isabel, São Luis (MA), Viséu, Tomé-açu, Capanema, Cametá, Belém e Abaetetuba.

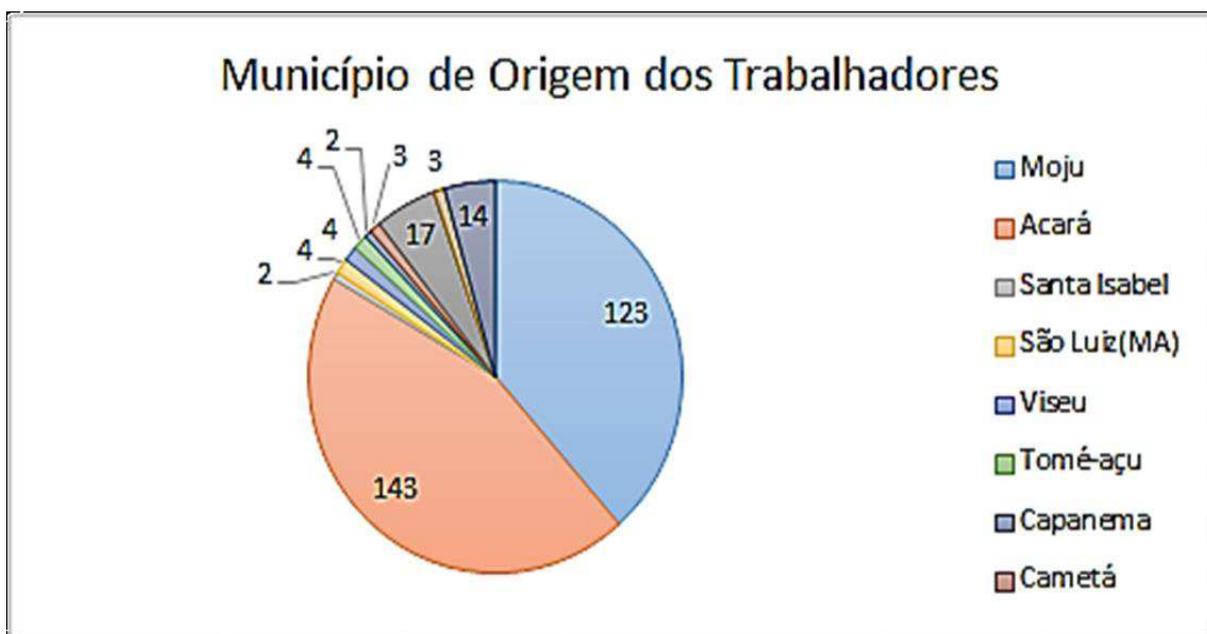


Gráfico 01: Município de origem dos trabalhadores da empresa Marborges S.A. Fonte: (GDEA 2013 a 2015).

Através desse panorama é possível apreender a diversidade da mão-de-obra empregada nas empresas atuantes no Município em foco, bem como a sua distribuição. No que diz respeito à sua distribuição/fixação/moradia (Gráfico 02), percebe-se que muitos desses migrantes não residem em um único lugar, a sua distribuição ocorre nas mais diversas comunidades, estando elas mais próximas ou mais distantes das empresas, o que caracteriza

uma migração pendular (temporária), sendo que os trabalhadores se deslocam pela manhã para trabalhar para a empresa e regressam a noite para as suas casas.

O gráfico seguinte (Gráfico 02) nos proporciona uma melhor compreensão de tal distribuição/fixação dos trabalhadores. Elencamos aqui as comunidades que mais se destacam na fixação/ moradia desses indivíduos que possuem sua mão-de-obra vinculada às empresas, a saber: Castanhandeua, Nossa Senhora do Bom Remédio (sendo estas duas primeiras as que mais se destacam devido à sua proximidade da empresa), Bacuriteua, Vila Sapucaia, Severo, São Pedro, Laranjal, Guarumã, Vila Martins (Jambuaçu), Santana do Alto, Trindade, Vila João Lobo, São Francisco, entre outras.



Gráfico 02: Gráfico que demonstra as comunidades onde o trabalhador da empresa reside. As informações contidas no gráfico também mostram o raio de ação das empresas. Fonte: (GDEA 2013 a 2015).

A discussão da migração tem um caráter estratégico no desvendamento das dinâmicas demográficas engendradas pelo capital, para além da concepção de crescimento natural – a do excesso de nascimento sobre mortes. O estudo da migração desencadeia uma análise de desenvolvimento, a partir da degradação de determinadas estruturas de propriedades (da pequena propriedade) e a consolidação de outras (as grandes propriedades). A dinâmica populacional não aparece como algo exterior, ou seja, que não tenha relação com o processo de migração. O movimento da população é produtor e produto de transformações, econômicas sociais e políticas; a formação do mercado regional não se faz segundo o modelo clássico de proletarianização total, e sim com trabalho móvel, isto é, com trabalhadores assalariados (temporários e permanentes) e com pequenos produtores que vendem sua força de trabalho

empregando-se em atividades rurais (agrícolas e extrativas) e urbanas (várias tarefas), efetuando um deslocamento espacial que alcançam em média mais de 100km do local de sua moradia.

Considerações finais

Analisando as dinâmicas socioespaciais no município de Moju, observam-se profundas modificações no quadro econômico, político e histórico social do município. O corolário de novas dinâmicas que chegam ao município passa a impor novas formas de ser e existir as quais reverberam nos ritmos, na tradição, na paisagem, e na condição de existência do modo de vida camponês (ribeirinhos e quilombolas a agricultores familiares e trabalhadores rurais) tradicional e historicamente estabelecido a partir do advento da atividade dendeicultora.

Tais mudanças foram eminentemente dirigidas pelo Estado, por meio de planos e políticas que viabilizaram o agronegócio na Microrregião de Tomé-açu. Ressalta-se que, embora a AGROPALMA tenha sido a primeira empresa a implantar o agronegócio do dendê na microrregião de Tomé-Açu, é imprescindível destacar que essa iniciativa da empresa ocorreu por meio de programas e políticas estatais que viabilizaram a dendeicultura na região, o paio conferido pelo BASA, pela SUDAM, bem como pelo Governo do estado do Pará podem ser apontados como os principais incentivadores e financiadores do empreendimento dendeicultor.

Deste modo, o Estado em parceria com iniciativas privadas, em grande medida vem promovendo o ordenamento do território. A esta sinergia entre Estado e iniciativa privada se convencionou chamar de desenvolvimento territorial rural, concebido como processo e resultado de parcerias estabelecidas entre empresários do agronegócio e agricultores familiares.

A chegada e expansão de empresas como a AGORPALMA configura-se como um novo evento que se processa no campo, visto que mudam a realidade ao seu entorno com profundas transformações nas mentalidades, nas formas de produção, no cultivo, na arrecadação e também na relação da expansão e acumulação do capital e na dinâmica populacional migratória.

Se por um lado estas modificações trazem benefícios materiais para uma dada parcela desta população, por outros engendrou efeitos negativos à medida que impõe novas condições ao camponês, impactando diretamente as relações historicamente desenvolvidas por esses sujeitos. O espaço passa a ser reorganizado a partir de implementações feitas por atores

exógenos à escala local, contribuindo para uma transformação das bases tradicionais sobre as quais se assentava o campesinato.

Nesse sentido, o município passa a se inserir no cenário macro-político e econômico em que se impõe a homogeneização da produção, incentivadora da monocultura; no caso do município de Moju, a monocultura do dendê. Deste modo, observa-se no campo brasileiro paisagens que se apresentam cada vez mais monótonas, perdendo suas multiplicidades de expressões, expressando novas tendências de desenvolvimento territorial rural.

Referências

ABRAMOVAY, R. **De camponeses a agricultores: paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 1990. 373 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). – Departamento de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

ALVES, R. N. B.; CARDOSO, C.E.L. Sistemas e custos de produção de mandioca desenvolvidos por pequenos agricultores familiares do município de Moju, PA. Belém, Embrapa Amazônia Oriental. 2008. BASA. “A experiência do Banco da Amazônia com projetos integrados de dendê familiar”. **Revista Contexto Amazônico**. Ano 5, n. 22. 2012.

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007 [1958].

BECKER, B.K. Revisão das políticas de ocupação amazônica: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas (Brasília)**, Brasília, v. 12, p. 135 – 159, 2001.

COSTA, F.A. **Formação rural extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista. (1720-1970)**. Belém: NAEA, 2012. (Coleção Economia Política da Amazônia. Série III – Formação Histórica; v.1).

DAMIANI, A.L. **População e Geografia**. São Paulo: Contexto, 2004 (Coleção Caminhos da Geografia).

IGAWA, T. K.; DIAS, F. G.; SOUZA, T. G. Análise da expansão da dendeicultura no município de Tailândia: Um estudo de caso de 1991 a 2006. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 17. (SBSR), 2015, João Pessoa. **Anais...** São José dos Campos: INPE, 2015. p. 1799-1805. Internet. ISBN 978-85-17-0076-8. Available from: <<http://urlib.net/8JMKD3MGP6W34M/3JM49B8>>. Access in: 2017, Mar. 09.

NAHUM, J. S.; BASTOS, C. S. Dendeicultura e descampesinização na Amazônia paraense. **CAMPO - TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 17, p. 469- 485, abr., 2014.

NAHUM, J.S.; MALCHER, T. Território, campesinato e dendeicultura na Amazônia: um olhar sobre a microrregião de Tomé-Açu. In: SILVA, C.N da. [et al.]. **Sociedade, espaço e políticas territoriais na Amazônia paraense**. 1. ed. Belém: GAPTA/UFPA, 2013.

NAHUM, J.S.; VIEIRA, L. L. Camponeses, Dendeicultura e Agricultura Familiar: Rupturas e Continuidades no Município de Moju. In: NAHUM, João Santos. **Dendeicultura e dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia Paraense (org.)**. Belém: GAPTA/UFPA, 2014.

NAHUM, J.S. De ribeirão a quilombola: dinâmica territorial de comunidades rurais na Amazônia paraense. **CAMPO - TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 6, n. 12, pp. 79-103, ago. 2011.

OLIVEIRA, A.U. de. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A.U. de; MARQUES, M.I.M. (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004, p. 29-70.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011 [2001]. 475 p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 8. reimp. São Paulo: EDUSP, 2014 [1996] (Coleção Milton Santos, 1).

SANTOS, M. **O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004 [1979].

SANTOS, M. Os grandes objetos: sistema de ação e dinâmica espacial. In: CASTRO, E.M. R.; MOURA, E.C.; MAIA, M.L. **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: NAEA-UFPA, 1995. pp. 13-20.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 23, p. 27-37, jan./fe., 1977.

SOUSA, C. F. M.; PEIXOTO, R. C. D. Expansão da dendeicultura e campesinato na Amazônia: cooptação e resistências. In: **Reunião Equatorial de Antropologia/Reunião de Antropólogos Norte e Nordeste**, 2015, Maceió-AL. Direitos Diferenciados, conflitos e produção de conhecimentos. Maceió-AL: Universidade Federal de Alagoas, 2015.

Recebido para publicação em 29/05/2017

Aceito para publicação em 24/08/2017